CADERNOS PEDAGÓGICOS

PARA EQUIDADE RACIAL

CADERNO IV:

EQUIDADE RACIAL NA GESTÃO ESCOLAR



Estado de GOIÁS

Expediente

Daniel Elias Carvalho Vilela
Governador do Estado de Goiás

Luiz Carlos do Carmo
Vice-governador do Estado de Goiás

Aparecida de Fátima Gavioli Soares Pereira
Secretária de Estado da Educação

Helena da Costa Bezerra
Secretária-Adjunta de Educação

Alessandra Oliveira de Almeida
Diretora Pedagógica da Seduc-GO

Fátima Rossi
Superintendente de Educação Infantil e Ensino Fundamental

Osvany da Costa Gundim Cardoso
Superintendente de Ensino Médio

Elaine Machado Silveira
Superintendente de Desporto Educacional, Arte e Educação

Cel. Mauro Ferreira Vilela
Superintendente de Segurança Escolar e Colégio Militar

Rupert Nickerson Sobrinho
Superintendente de Atenção Especializada

Thayane Gabriele Oliveira Lima
Diagramação / Capa

Colaboradores:
Thayane Gabriele Oliveira Lima
Eliane Cristina Soares Leobas
Valéria Cavalcante da Silva Souza

APRESENTAÇÃO

A escola é um local de construção integral, sendo um espaço essencial de aprendizado, socialização, autoconhecimento e emancipação critica quando estruturada de maneira estratégica e engajada.

Quando pensamos em receber, acolher e ensinar para todos estudantes em sua completude, construímos uma escola pautada na reinvenção e não na dominação. Para isso, é necessário um acordo não apenas docente, mas também da gestão da instituição, que a partir do compromisso com uma educação de qualidade e equitativa, firme com seus professores, estudantes e comunidade, um modo de agir que garanta um ambiente de aprendizado livre de preconceitos.

Apresentamos o “Caderno IV: Equidade Racial na Gestão Escolar”, que fortalece o compromisso de uma educação voltada para valorização dos indivíduos e suas vivências, considerando suas especificidades e as reconhecendo não como limitantes, mas impulsionadoras de uma educação cada vez mais ampla e diversa.

Nesse sentido, o conteúdo deste material busca elencar recursos para que a gestão educacional também possa elaborar planejamentos que abarquem a educação antirracista em sua totalidade, compreendendo a importância e urgência do debate dentro das unidades escolares.

A educação antirracista cumpre o papel de uma educação libertadora, pautada em uma pedagogia crítica, que dialoga com a realidade e impulsiona a prática de liberdade, se tornando algo prático e acessível. Segundo bell hooks, (2013, p. 19), “a educação como prática da liberdade é um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender” e esse processo só é viável a partir do momento em que gestão, professores e estudantes se reconhecem como seres integrais no processo de construção da educação.

SUMÁRIO

1. Gestão escolar e compromisso com a equidade racial 5

1.1 Os documentos institucionais instrumento de construção de uma escola antirracista 9

1.2 Gestão pedagógica para a equidade racial: currículo, formação docente e materiais 12

1.3 Acompanhamento Pedagógico pela Gestão 13

2. Diagnóstico institucional e análise crítica de indicadores 15

2.1 A importância do Censo Escolar e da autodeclaração para os indicadores de desigualdades 16

3. Relações institucionais, gestão democrática e enfrentamento ao racismo 18

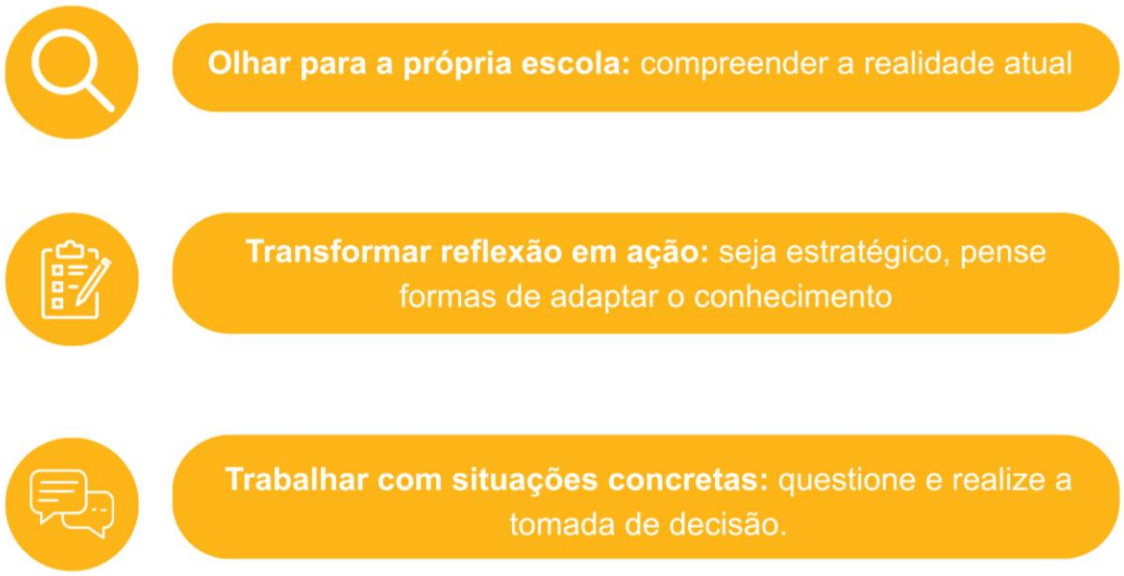
4. Divulgação de Ações: o que tem sido feito 19

5. Faça você mesmo: Atividades Pedagógicas Antirracistas 22

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 24

1. Gestão escolar e compromisso com a equidade racial

Para iniciarmos nossa conversa, é preciso que você enquanto gestão consuma este material a partir de uma ótica transversal, fugindo de um cumprimento apenas teórico e visando de fato ações práticas.



Ao trabalhar a questão racial no Brasil, é preciso fazer uma retomada histórica, entendendo o porquê surge a necessidade e urgência para abordagem do tema dentro das unidades escolares de modo transversal. Não é possível avançar com qualidade quando não se conhece ou se renega o próprio passado.

O Brasil foi o último país do continente americano a abolir a escravatura, em 13 de maio de 1888, o que em tese seria o suficiente para extinguir a escravidão e reestabelecer a vida em sociedade da comunidade negra no Brasil, não passou de uma decisão desamparada, que colocou a própria comunidade em condições precárias, sem estímulo e possibilidades de se reestruturarem e reestabelecerem depois de anos de exploração.

Foram 388 anos de escravização legalizadas no território brasileiro. Hoje, temos 138 anos apenas de abolição. Não temos nem a metade do tempo da escravização de tempo de abolição e é dentro desta estrutura desigual que se constrói a socialização das pessoas negras em território brasileiro, uma estrutura alimentada diretamente de anos de exploração e preconceito.

> Uma espécie de sistema de convergência de interesses, fazendo com que o racismo, de um lado, implique a subalternização e destituição material e simbólica dos bens sociais que geram respeito e estima social aos negros – ciclo de desvantagens – e, de outro, coloque os brancos imersos em um sistema de privilégios assumido como natural, como norma.” (PIRES e SILVA, 2015, p. 66)

É dessa forma que o racismo se encontra enraizado, de maneira consciente ou não, no imaginário social brasileiro, na subjetividade dos indivíduos e na estrutura da sociedade, se concretizando no dia a dia dentro das escolas em ações discriminatórias.

É necessário compreender que as ações na educação devem ser intencionais e fundamentadas, principalmente na educação equitativa e antirracista, não se fazendo apenas de atitudes de bom coração, mas com política pública, ações contínuas, estratégicas e consistentes.

Para entender um ser humano em sociedade, e nesse caso nossos estudantes, é importante que preze além daquilo que se poder ser visto de maneira direta, é preciso considerar este individuo como um “continente de identidade”, como expressa Beatriz Nascimento (2018), considerando a história e experiências de cada um em sociedade.

A escravidão criou um sistema de poder que perpetuou a pobreza para determinados grupos sociais, construindo de maneira estrutural relações que se estabelecem de maneira desigual, fazendo com que a população atingida, negros, indígenas e quilombolas, tivessem seus acessos historicamente negados. Se pessoas brancas usufruem de seus privilégios do processo de escravização até hoje, pessoas negras, infelizmente, também sofrem das consequências dessa violência até os dias atuais.

Para conseguirmos debater a questão racial com mais propriedade, é preciso apresentar conceitos fundamentais para compreensão do racismo enquanto estrutura.

RAÇA

- Termo **utilizado para classificar grupos de seres humanos com base em características distintas**, como cor da pele, dos olhos, textura dos cabelos, formato do rosto e outras características fenotípicas.
- Baseado em teorias do séc. XIX do processo de colonização e expansão européia, é um conceito biológico **usado para justificar hierarquias sociais e políticas de dominação.**
- Portanto, **o conceito é amplamente considerado uma construção social,** com base em fatores históricos culturais e políticos, atrelando característica física, com vivências e experiências em sociedade, não apenas como um conceito biológico.

ETNIA

- Se refere a um **grupo de pessoas que compartilham características culturais**, como a origem geográfica, idioma, religião, costumes e histórias comuns.
- Ao contrário da raça, que geralmente se baseia em características físicas, a etnia é mais **abrangente e inclui aspectos culturais, linguísticos e identitários.**

RACISMO

- Racismo é uma **forma de discriminação que tem a raça como fundamento,** se manifestando de maneiras conscientes e inconscientes, que fazem com que indíviduos tenham desvantagens ou privilégios, dependendo do grupo racial que pertencem.

> "O racismo é, portanto, um sistema de opressão que nega direitos, e não um simples ato da vontade de um indivíduo". (RIBEIRO, 2019, p.5)

- Para melhor compreensão, se criam categorias de racismo, entendendo que ele permeia em diversos âmbitos sociais, também se configura e se expressa de maneiras diferentes, mas sempre mantendo a sua definição principal, **que é a discriminação pela raça.**

RACISMO ESTRUTURAL

- É um termo "guarda-chuva", ou seja, acolhe mais termos dentro da sua denominação.
- É o **racismo enraizado dentro da estrutura da sociedade, permeando todos os seus âmbitos.** Não se expressa apenas por atos indivíduais, mas também através de políticas, práticas e normas que **perpetuam a desigualdade baseada na raça.**
- *Exemplo: Maioria de moradores nas favelas serem negros;*

RACISMO INSTITUCIONAL

- É o **racismo praticado em instituições e organizações sociais, políticas e econômicas,** se manifestando através de **ações e políticas discriminatórias, tratamento desigual e injusto no que tange a diferença racial.**
- Perpetuam a desigualdades e limitam oportunidades para pessoas não brancas no ambiente de trabalho.
- *Exemplo: Disparidade salarial; Não promoção ou progressão de carreira;*

RACISMO RECREATIVO

- O uso do **humor como mecanismo de reprodução do racismo,** "brincadeiras" e "piadas", supostamenteinofensivas, atreladas a características de pessoasnegras como algo inferior ourepulsivo.
- Encontramos fortEmente **enraizado na instituiçã**o escolar,vitimandocrianças, adolescentes e jovens negros.
- *Exemplos: Apelidos com característicasnegras; "Brincadeiras" quegeramdesconforto no estudante;*

RACISMO RELIGIOSO

- Discriminação e preconceito **baseados na religião de um indivíduo ou grupo, em especial contra religiões afro-brasileiras.**
- Atribuição de estereótipos negativos, tratamento injusto e hostilidade em relação a pessoas de determinada crença religiosa.
- **Exclusão e marginalização de pessoas baseadas na fé.**
- *Exemplos: Relacionar religiões afro-brasileiras como algo do mal; Demitir de emprego por uso de turbante ou vestes brancas; Negar atendimento por conta das vestes e adornos.*

RACISMO AMBIENTAL

- **Injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre grupos étnicos vulnerabilizados e sobre outras comunidades,** discriminadas por sua 'raça', origem ou cor.
- *Exemplos: bairros nobres arborizados e periferiferias não; falta de saneamento básico, lixões, alagamentos, esgoto à céu aberto em periferias e residências de pessoas negras.*

Para o estudo da temática em sua amplitude, é preciso considerar também o conceito de Educação para as Relações Étnico-raciais (ERER), que são as interações sociais, políticas e culturais entre diferentes grupos raciais e étnicos (como brancos, negros e indígenas), historicamente marcadas por relações de poder, hierarquias e racismo.

É importante, quando presenciamos ou vivenciamos estas situações, nomeá-las para que o agir seja feito de maneira consciente e intencional. O ato de dar nome valida e estrutura como problema e questão social, ampliando para a sociedade, de modo individual e coletivo, a responsabilidade de resolução, dificultando a isenção e a redução da importância do debate.

A escola é a principal instituição de formação e sociabilização dos seres humanos, onde se abrem espaços para conhecimento do eu, do outro e do ambiente. Dessa maneira, se torna um ator essencial no combate às desigualdades sociais, discriminações e preconceitos.

Uma escola comprometida, pode ser formadora de pessoas conscientes, antirracistas, comprometidas com uma sociedade mais equitativa, por outro lado, uma escola descompromissada, pode possuir influência suficiente para ser um espaço de perpetuação e reforço de preconceitos.

[1]É importante reconhecermos nosso papel enquanto profissionais e indivíduos em sociedade, atribuindo ao nosso cotidiano funções que melhorem nossa convivência social. Discutir o papel da equipe gestora na construção de uma cultura institucional antirracista e a diferença entre tratar todos igualmente e reconhecer desigualdades que exigem respostas específicas.

SAIBA MAIS

44% dos negros dizem ter vivido racismo na escola, diz pesquisa

Especialistas destacam impacto sobre vida de jovens e necessidade de mudanças no ensino

[1] Reportagem disponível em: https://valor.globo.com/brasil/noticia/2025/11/20/44percent-dos-negros-dizem-ter-vivido-racismo-na-escola-diz-pesquisa.ghtml. Acesso em: 13 out. 2026.

1.1 Os documentos institucionais instrumento de construção de uma escola antirracista

Abordar e inserir os estudos e ações que envolvem a Educação para as Relações Étnico-raciais (ERER) nos projetos políticos pedagógicos, nos planos de ação, regimentos escolares e demais instrumentos de planejamento, garante a efetivação das ações. Incluí-las no planejamento possibilita o monitoramento e avaliação, garantindo uma maior efetividade do que uma atividade que surge apenas como encaixe ou para cumprir demandas específicas de um mês.

É importante que a gestão se questione: **onde o compromisso com a equidade racial aparece nos documentos e nas decisões da escola?**

O ponto não é apenas incluir um parágrafo sobre equidade racial no PPP, mas mostrar como esse compromisso deve orientar o fazer profissional e pedagógico a partir do diagnóstico da realidade escolar, as prioridades da gestão, organização do trabalho e avaliação das ações.

O planejamento é um instrumento político e pedagógico de trabalho, as prioridades da escola revelam quais problemas e sujeitos são reconhecidos como importantes, cabe à equipe gestora criar condições para que a ERER integre o planejamento, a formação, o acompanhamento pedagógico e as decisões institucionais.

O Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/2004, que estabelece as bases das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação para as Relações Étnico-Raciais, designam a responsabilidade institucional em fundamentar em seus documentos as ações que garantem uma educação mais equitativa e respeitosa.

Antes de propor ações, a escola precisa reconhecer como o racismo e as desigualdades podem se manifestar em suas práticas, relações e resultados. É importante que esta análise não se limite a “temos casos de racismo?”, já que ausência de denuncias não significa necessariamente ausência do problema.

Para treinar este olhar, é importante que a própria gestão se aproprie das temáticas e conceitos, para que o diagnóstico seja capaz de definir as prioridades da unidade escolar partindo de sua verdadeira realidade.

Algumas dimensões que podem orientar o olhar pedagógico são:



O PPP tem caráter coletivo, ligado diretamente a identidade da escola e organiza o papel e as práticas pedagógicas e institucionais. Para sua revisão, é necessário considerar o público atendido, a realidade social da comunidade, o corpo docente, a estrutura física e as possibilidades de atuação. A equidade deve aparecer:

- diagnóstico da realidade escolar;
- princípios e concepções de educação;

- objetivos e prioridades institucionais;
- organização curricular e formação continuada;
- estratégias de prevenção e enfrentamento ao racismo;
- participação das famílias e comunidades;
- metas, responsabilidades e avaliação das ações.

É preciso evitar que o compromisso fique apenas no discurso, transforme formulações genéricas e generalistas em concretas e específicas, que considere a realidade da escola, a participação dos docentes, da coordenação, funcionários, estudantes e famílias.

EXEMPLO DE REVISÃO DO PPP

FORMULAÇÃO GENÉRICA

"A escola valoriza a diversidade e respeita as diferenças."

FORMULAÇÃO ORIENTADA À AÇÃO

"A escola assume o compromisso com a educação antirracista por meio da implementação contínua da Educação para as Relações Étnico-Raciais, da formação dos profissionais, da revisão dos materiais pedagógicos, da prevenção e do enfrentamento ao racismo e do acompanhamento das ações previstas no plano de trabalho institucional."

O exemplo pode ser adaptado à realidade de cada unidade escolar e complementado com metas, responsáveis e prazos no plano de ação.

O PPP deve explicitar o compromisso, as estratégias para realiza-lo e a forma de acompanhar sua implementação. Essa ação demonstra compromisso e profundidade, saindo de uma camada rasa do problema.

Após a definição dos problemas, a construção do plano de ação para enfrentamento deve ser elaborada a partir de uma lógica de:

- Problema identificado: situação que precisa ser enfrentada
- Objetivo: mudança que a escola pretende alcançar.
- Meta: resultado esperado (com critérios e prazos)

O planejamento de caráter antirracista não deve ser elaborado unicamente pelo gestor da unidade, a gestão deve prezar pelo caráter democrático. Cada escola deve definir metas compatíveis com seu diagnóstico de realidade, entendendo que as

ações devem responder aos problemas identificados. **Não basta produzir um calendário de atividades sugeridas se elas não enfrentarem as necessidades da escola.**

1.2 Gestão pedagógica para a equidade racial: currículo, formação docente e materiais

O papel da gestão escolar na construção de práticas pedagógicas antirracistas deve considerar a organização curricular, a formação continuada, a seleção e uso de materiais pedagógicos e acompanhamento do trabalho docente.

A educação antirracista é uma responsabilidade de toda escola e não deve ficar restrita aos professores de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, projetos específicos ou datas comemorativas. Quem cria condições para que a temática seja abordada para além das caixas é a gestão pedagógica, organizando tempos e espaços de formação, orientando o planejamento, disponibilizando recursos e acompanhando as práticas desenvolvidas.

O currículo escolar não é neutro, é um espaço de disputa, reconhecimento e transformação, as escolhas sobre o que ensinar, quais temáticas priorizar, quais materiais escolher, determina diretamente quais histórias virão à tona e quais ficarão ainda escondidas.

Dentro deste espaço de disputa, é importante considerar como os grupos são representados nos materiais e nos discursos, isso determina diretamente como os estudantes serão mobilizados e como a escola vai se portar frente às diferentes temáticas sociais.

A proposta não é unicamente defender a inserção de novos conteúdos, mas problematizar as ausências, as hierarquias e as representações rígidas que marcam historicamente o currículo escolar.

A construção de narrativas da sociedade brasileira é oportunizada no currículo escolar. É nele que possibilitamos que estudantes conheçam outras realidades, novas maneiras e jeitos de se pensar a si e o mundo, se tornando mais humanos, conscientes e críticos. Por isso não podemos abrir mão de aproveitar essa oportunidade para valorizar as histórias contadas através de outras perspectivas, como a valorização dos conhecimentos africanos, afro-brasileiros e indígenas,

superando uma abordagem que limita a população negra ao quadro da escravização e os povos indígenas ao passado.

Nessa disputa é primordial que a escola entenda que não basta ter livros como autores negros ou materiais sobre o continente africano, é necessário que esses recursos sejam selecionados, utilizados e integrados no trabalho pedagógico. Falamos aqui de um trabalho que seja transversal, intencional e contínuo.

É interessante orientar os professores, mas realizar também enquanto gestão, uma análise coletiva dos materiais, pedir sugestão de mais de uma pessoa, de mais de um componente curricular. Uma ferramenta prática para a gestão é propor que a equipe realize esta análise a partir de perguntas norteadoras e eficazes.

- Quem aparece como protagonista nas narrativas?
- Quais conhecimentos e contribuições são reconhecidos?
- A população negra é apresentada para além da escravização e da desigualdade?
- Os povos indígenas são representados em sua diversidade e contemporaneidade?
- Há conteúdos que reproduzem estereótipos ou precisam ser contextualizados criticamente?
- Os materiais permitem que estudantes de diferentes grupos raciais se reconheçam como sujeitos de conhecimento?

É importante nesse exercício contextualizar as relações étnico-raciais a partir das realidades dos estudantes e do território onde a escola está inserida, respeitando suas histórias, modos de fazer e existir.

A gestão tem um papel fundamental na implementação e construção de uma escola antirracista, é partir dela que os docentes sentem a abertura para realizar suas ações e projetos, desse modo, a equipe gestora deve garantir que as temáticas estejam sendo contempladas no planejamento e na execução, promovendo o diálogo entre as áreas do conhecimento, identificando as necessidades da escola.

1.3 Acompanhamento Pedagógico pela Gestão

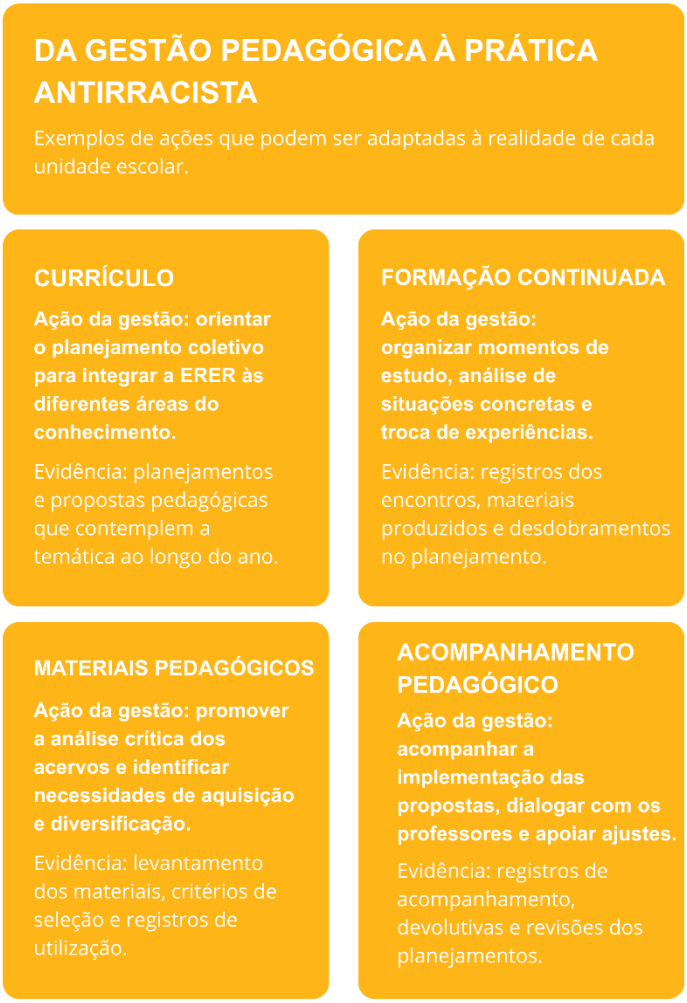
O acompanhamento é o que conecta as dimensões da atuação dentro da escola quando falamos da implementação de uma educação antirracista. O trabalho

da gestão não termina quando a aula é dada, o planejamento é feito ou os materiais são adquiridos, é ali que ele toma forma, e o acompanhamento dessas ações, traduzidas no cotidiano da escola, que materializam um bom trabalho pela gestão.

É preciso estar atento, acompanhar os planejamentos, contribuir com estratégias pedagógicas, dialogar com professores sobre dificuldades e avanços, analisar as mudanças, ou não, de comportamento dos estudantes, identificando as necessidades de apoio e guiando o replanejamento, caso necessário, a partir das evidências coletadas.

Esse processo não deve ser visto como uma fiscalização da gestão com os docentes, mas uma construção coletiva, que visa o objetivo final que é a alteração do ambiente educacional e a construção de uma educação equitativa, justa e para todos. Fortalecer o trabalho pedagógico permite fazer com que a política institucional se materialize em experiências educativas.

Para consulta rápida no dia a dia, segue um quadro sintetizado de responsabilidades da equipe gestora.



2. Diagnóstico institucional e análise crítica de indicadores

Dentro o ecossistema educacional, os dados e indicadores educacionais são ferramentas fundamentais para diagnosticar diferenças, orientar ações e construção de políticas públicas de equidade.

Para visualizar as desigualdades dentro dos indicadores é preciso que o olhar da gestão vá além do número, a desagregação de raça, cor, ou categoria que se quer observar, deve ser realizada como primeiro passo. Por trás dos números existem vidas que são impactadas no cotidiano, seja pelo nosso olhar atencioso ou pela falta dele. Não é possível transformar aquilo que a escola não vê.

O trabalho da gestão é fomentar e orientar as equipes a realizarem diagnósticos que considerem as desigualdades, subsidiando a identificação das prioridades e a construção de estratégias para se alcançar uma educação de fato antirracista.

O questionário institucional consiste em um processo sistemático de questionamento, levantamento e análise de informações sobre o funcionamento da escola, buscando compreender o funcionamento e as características possíveis para se gerar desigualdades no ambiente.

Para ponto de partida de um diagnóstico fidedigno, é preciso reconhecer que a identificação de problemas precisa anteceder a definição das ações, ou seja, quando a equidade racial se torna uma perspectiva de análise, é possível agir no cotidiano estudantil da unidade escolar com mais comprometimento, estratégia e efetividade.

A escola como instituição também precisa ser analisada de maneira crítica, reconhecer que as desigualdades não são apenas atitudes individuais e pontuais, mas que se reproduzem no coletivo, por normas, procedimentos, expectativas e práticas naturalizadas. É preciso revisar nossas ações dentro do espaço escolar, entender como estamos olhando para crianças e adolescentes negros, quilombolas e indígenas, como cuidamos, como agimos. Tratar todos iguais não resolve o problema se assumidos que as realidades de todos são diferentes, o que funciona para um, dificilmente funcionará para outro.

No reconhecimento de procedimentos que contribuem para a construção de uma escola respeitosa é preciso que protocolos sejam criados para um enfrentamento sistemático das questões que atingem a unidade escolar.

[2]O Ministério da Educação (MEC), lançou um recurso que colabora diretamente com esta demanda, os “Protocolos de Identificação e Resposta ao Racismo” para a educação básica até a educação superior.



Os protocolos servem para evitar a pedagogia do evento e a prática de apagar incêndio, devendo ser incorporado como documento e instrumento de prática pedagógica. Dessa forma, a escola está preparada para agir a partir de um viés que enxerga o racismo não apenas por uma ótica punitivista, mas valoriza o espaço e escolar e o entende também como um problema a ser resolvido de maneira pedagógica.

A gestão tem esse papel de oferecer e compartilhar subsídios que atuem tanto na prevenção (identificação0, como no enfrentamento (resposta). A prevenção é ação administrativa e pedagógica, não vem apenas do local de punir, o protocolo reforça o papel pedagógico da escola, registra, acolhe, escuta e acompanha.

O acompanhamento é característica principal no processo de diagnosticar e agir, sem acompanhamento as ações perdem sentido e efetividade.

2.1 A importância do Censo Escolar e da autodeclaração para os indicadores de desigualdades

A construção de um diagnóstico ou um indicador começa pela qualidade e veracidade dos dados que o alimentam. Quando falamos sobre equidade racial, isso se atenua ainda mais.

[2] Protocolo de Identificação e Respostas ao Racismo. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/pneerq/documentos

O Censo Escolar reúne informações sobre os estudantes, profissionais, turmas e unidades escolares de todo país, são esses dados que subsidiam a construção de políticas públicas educacionais. Quando analisados considerando a dimensão racial, contribuem diretamente para a identificação das desigualdades dentro do espaço escolar, podendo fortalecer assim, ações que atinjam diretamente o problema, gerando debates e ações para acesso, permanência e condições de aprendizagem desses estudantes.

Nesse processo, o preenchimento adequado do campo raça/cor, que chamamos de autodeclaração, é fundamental. Sem essa informação consistente, não é possível identificar esses estudantes nem suas necessidades e barreiras, fazendo com que as oportunidades educacionais continuem sendo distribuídas de maneira não equitativa.

[3] Para fortalecer o processo de autodeclaração, devemos respeitar a forma como a própria pessoa se reconhece, mas principalmente, oferecer recursos para que esse estudante se enxergue em sua totalidade, sem atribuição de outro profissional externo. A escola contribui diretamente com essa identificação quando reconhece sua própria realidade e realiza ações a partir dela. O registro, isoladamente, não elimina desigualdades nem assegura práticas antirracistas, mas oferece informações importantes para investigá-las e enfrentá-las.



O Ministério da Educação (MEC), disponibiliza um “Guia para Declaração Étnico-Racial nos Sistemas de Ensino” para auxiliar as unidades escolares nas atividades e comprometimentos necessários para se produzir um indicador efetivo.

> Este guia foi elaborado para apoiar as Secretarias de Educação (estaduais, distrital e municipais) na implementação de ações sistemáticas voltadas à autodeclaração racial de estudantes, reconhecendo que: a) sem dados precisos sobre a composição racial das matrículas, torna-se impossível

[3] Guia para Declaração Étnico-Racial nos Sistemas de Ensino. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/pneerq/arquivos/guia-para-declaracao-etnico-racial-nos-sistemas-de-ensino.pdf

> planejar, executar e avaliar políticas públicas efetivas de promoção da equidade; b) A declaração étnica/racial faz parte de um processo formativo da comunidade escolar como um todo. (Ministério da Educação, 2026)

Nossos esforços são para que cada vez mais os indicadores consigam abarcar a subjetividade das nossas salas de aula, mas sabemos que nem sempre esses dados estão disponíveis com os recortes que necessitam e que também os dados sozinhos, sem análise, não explicam por si só as desigualdades. Cabe a gestão combinar as informações que já existem com a escuta dos professores, estudantes e comunidades, analisar os documentos observando a prática cotidiana, respeitando os cuidados necessários para tratamento dessas questões.

Dessa maneira, coletar, registrar, analisar e acompanhar informações são etapas de um mesmo compromisso institucional.

3. Relações institucionais, gestão democrática e enfrentamento ao racismo

O enfrentamento ao racismo na escola não depende apenas de ações individuais ou pedagógicas: exige relações institucionais bem estabelecidas, procedimentos de acolhimento e responsabilização, participação democrática e diálogo com as famílias e comunidades.

A gestão escolar exerce um papel fundamental na construção de um ambiente institucional antirracista, ela que previne e enfrenta, mas também que acole e dá encaminhamentos. Fortalecer as relações de confiança dentro desse espaço, com o corpo docente, estudantes e comunidades, é fundamental para que os processos dentro da escola cada vez mais sejam representativos para quem dela faz parte.

Enquanto gestão, não cabe somente funções de realização de reuniões ou aberturas de espaço de fala, é preciso condições reais de participação, escuta e influência nas decisões, considerando as desigualdades de poder que atravessam as relações escolares. Por exemplo, não adianta abrir espaço de fala para os estudantes se eles sentem medo de falar e serem punidos, ou abrir espaço de escuta aos pais e responsáveis em horário que a maioria não consegue estar presente.

É preciso que haja coerência entre o discurso institucional, o PPP, planos de ação, planejamentos e demais documentos, de forma que durante esses processos

de dinâmica de poder que permeiam as decisões da escola, não se perca o caráter equitativo e justo.

A gestão democrática como princípio de organização da escola pública, articula a participação, transparência, diálogo e corresponsabilidade dos envolvidos no processo. É importante garantir que estudantes, suas famílias e profissionais negros, quilombolas e indígenas, tenham condições reais de participar, sem que sejam convocados para falar apenas de racismo ou representar grupos sociais.

Retomo que é importante identificar as barreiras que dificultam o acesso desse público aos ambientes de debate e decisão, como horários compatíveis, linguagens acessíveis e devolutivas diretas. O funcionamento da unidade escolar perpassa o reconhecimento de suas realidades, com a construção de vínculos de confiança entre a escola, famílias e comunidades, com o reconhecimento das memórias, praticas culturais e formas de organizações comunitárias. Apenas desse modo a superação das relações baseadas exclusivamente em hierarquias poderá ser concretizada.

4. Divulgação de Ações: o que tem sido feito

[4] Nesta seção, focaremos em mostrar o que tem sido feito pelas unidades escolares, na intenção de dar visibilidade aos trabalhos, mas também mobilizar, inspirar e influenciar outras unidades a realização de ações e atividades. Todo material exposto é retirado dos relatórios de acompanhamento enviados pelas unidades escolares no Drive.



No Colégio Estadual de Educação do Campo Nova Ponte da CRE de Itapaci, foi desenvolvido o projeto “Abolição da Escravatura no Brasil – Conhecer a História para Construir Respeito”, nos componentes de História, Arte e Língua Portuguesa. com os estudantes do 6° e 7° ano do Ensino Fundamental.

O projeto teve o objetivo de Compreender o processo da escravidão e da Abolição da Escravatura no Brasil, reconhecendo a importância da luta dos povos negros pela liberdade, igualdade e valorização cultural. O projeto foi desenvolvido

[4] Drive PNEERQ. Disponível em: https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1aBnxBXZzG1QF3yFe_amwaG2lr8UjoKoq. Acesso em 08/05/2026.

através de atividades teóricas e práticas, com aulas dialogadas, rodas de conversas e debates, pesquisas e confecção de linha do tempo.

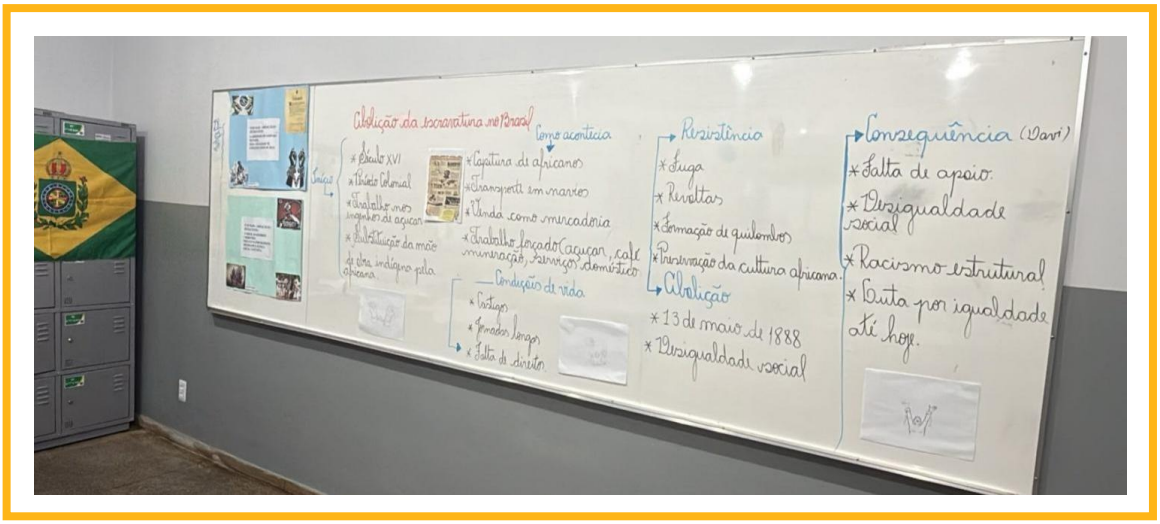


Figura 1 - Acervo próprio. Colégio Estadual do Campo Nova Ponte

No Colégio Estadual Quilombola Boa Nova da CRE de Piracanjuba, realizou uma ação pedagógica voltada à reflexão sobre a luta histórica das pessoas negras por liberdade, respeito, igualdade de direitos e valorização da identidade cultural afro-brasileira.

Segundo relatório,

> A data foi trabalhada não apenas como um marco histórico relacionado à abolição da escravidão no Brasil, mas principalmente como um momento de conscientização acerca das desigualdades sociais, do racismo estrutural e da necessidade de fortalecimento das práticas antirracistas dentro e fora do ambiente escolar. (Relatório CRE Piracanjuba, 2026)

As atividades foram desenvolvidas em caráter interdisciplinar, promovendo leitura, debate, rodas de conversa e oficinas artísticas em relação à temática. Entre os materiais trabalhados, foi promovida um debate atual acerca de trabalhos análogos à escravidão ainda existentes na sociedade contemporânea.

Os estudantes foram incentivados a expressarem seus pensamentos, sentimentos e percepções, a partir da mediação do professor, fortalecendo o diálogo e a construção de consciência crítica.

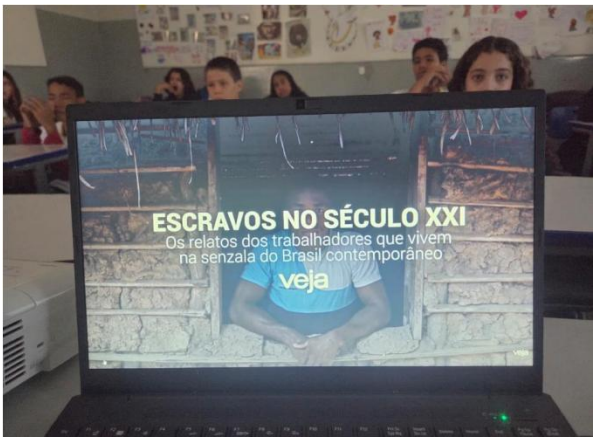


Figura 3 - Arquivo próprio. Colégio Estadual Quilombola Boa Nova



Figura 2 - Arquivo próprio. Colégio Estadual Quilombola Boa Nova

Em uma perspectiva de integração, o Colégio Estadual Bezerra de Menezes, da CRE de Rubiataba, realizou uma atividade no dia 09 de outubro que consistiu em uma visita ao povo indígena Tapuia, na Aldeia Carretão, localidade situada no município de Nova América.

O objetivo da atividade foi a promoção de equidade racial, valorização da diversidade cultural, fortalecimento dos direitos humanos e ampliação do conhecimento acerta dos povos indígenas da região.

Na atividade foram recebidos pela Daiane Ferreira Tapuia, ao Vice Cacique e Professor Welington Vieira Brandão Tapuia e ao Cacique Dorvalino Augusto da Silva Tapuia.

> Durante o encontro, o Vice Cacique Welington apresentou um breve histórico sobre a trajetória do povo Tapuia. O momento contou também com a presença de duas representantes do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), vindas de Brasília e do Tocantins, que abordaram a temática "Violência contra os povos indígenas no Brasil" e nos presentearam com um exemplar do relatório homônimo publicado pela instituição. (Relatório CRE Rubiataba, 2026)

A ação demonstra as possibilidades que temos de integração dentro do nosso próprio território. Conhecer outras histórias, comunidades e modos de se viver possibilita acumular conhecimento e proporcionar aos nossos estudantes uma nova concepção de sociedade, cada vez mais equitativa, justa e para todos.



Figura 5 - Arquivo próprio. Colégio Estadual Bezerra de Menezes

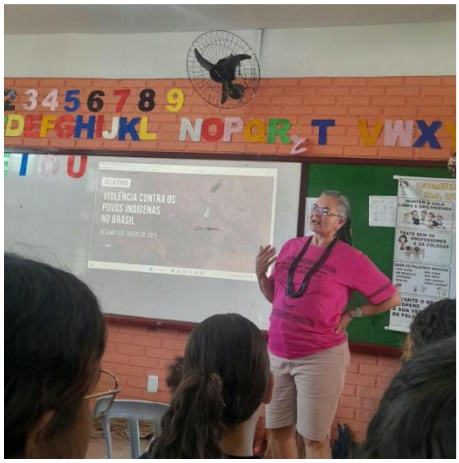


Figura 4 - Arquivo próprio. Colégio Estadual Bezerra de Menezes

5. Faça você mesmo: Atividades Pedagógicas Antirracistas

PLANO DE APRENDIZAGEM

Raio-X da Equidade Racial na Escola

Objetivo: Identificar práticas institucionais que favorecem ou dificultam a equidade racial e definir prioridades de mudança.

Passo a Passo da Atividade:

- Reúna a equipe gestora e reserve 30 minutos para a atividade. Em uma folha ou quadro, escreva quatro dimensões: currículo e materiais pedagógicos; relações e convivência; trajetória escolar dos estudantes; participação da comunidade.
- Para cada dimensão, peça à equipe que registre uma prática existente na escola e responda: quem é contemplado por ela? Há grupos que podem estar sendo invisibilizados ou enfrentando barreiras?
- Consulte evidências que ajudem a responder às perguntas, como o PPP, os materiais utilizados, os registros de ocorrências e os indicadores escolares disponíveis. Evite conclusões baseadas apenas em impressões pessoais.
- Escolha uma situação que precise ser transformada e registre uma ação, o responsável pela execução e um prazo para retomá-la em reunião.

Atividades Pedagógicas ANTIRRACISTA

SUGESTÕES METODOLÓGICAS PARA APLICAR

PLANO DE APRENDIZAGEM

Escuta que Transforma

Objetivo: Identificar demandas da comunidade escolar relacionadas ao racismo, ao pertencimento e à convivência, transformando-as em encaminhamentos institucionais.

Passo a Passo da Atividade:

- Prepare três perguntas para uma escuta com estudantes, famílias e profissionais: Você se sente respeitado e pertencente a esta escola? Que situações dificultam isso? O que a escola poderia fazer para melhorar?
- Escolha uma forma acessível de participação, como um formulário anônimo ou uma roda de conversa organizada por segmento. Explique a finalidade da escuta e informe que ninguém precisa relatar experiências pessoais de racismo para participar.
- Reúna as respostas e organize-as por temas, como discriminação, representatividade, convivência e participação. Preserve a identidade dos participantes e não exponha relatos que permitam identificá-los.
- Em reunião, a equipe gestora deve selecionar uma demanda que esteja ao alcance da escola, definir o encaminhamento, o responsável e o prazo. Depois, comunique à comunidade o que foi identificado e quais providências serão adotadas, sem divulgar relatos individuais.

Atividades Pedagógicas

ANTIRRACISTA

SUGESTÕES METODOLÓGICAS PARA APLICAR

PLANO DE APRENDIZAGEM

PPP em Movimento: compromisso antirracista

Objetivo: Incorporar a equidade racial ao planejamento institucional, estabelecendo ações, responsabilidades e formas de acompanhamento.

Passo a Passo da Atividade:

- Separe o PPP e o plano de ação da escola. Em reunião com a equipe gestora, localize os trechos que tratam de currículo, formação dos profissionais, convivência, participação das famílias e enfrentamento ao racismo.
- Verifique quais compromissos já possuem ações definidas e quais aparecem apenas como princípios gerais. Por exemplo: o documento prevê uma educação antirracista, mas não estabelece formação da equipe, estratégias de prevenção ao racismo ou acompanhamento das práticas?
- Escolha um compromisso que precise sair do papel e construa um plano com cinco informações: ação, responsável, prazo, resultado esperado e evidência de realização. Exemplo: realizar uma reunião formativa sobre encaminhamento de situações de racismo, conduzida pela equipe gestora até o fim do bimestre, com registro dos encaminhamentos acordados.
- Defina uma data para verificar a execução e retome o plano na reunião seguinte. Caso a ação não tenha sido realizada ou não tenha produzido o resultado esperado, identifique os obstáculos e ajuste o planejamento.

Atividades Pedagógicas

ANTIRRACISTA

SUGESTÕES METODOLÓGICAS PARA APLICAR

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da EDUCAÇÃO. Guia para Declaração Étnico-Racial nos Sistemas de Ensino. Brasília, DF: SECADI/MEC, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/pneerq/arquivos/guia-para-declaracao-etnico-racial-nos-sistemas-de-ensino.pdf. Acesso em: 01 de set. 2026.

BRASIL. Ministério da EDUCAÇÃO. Protocolos de Identificação e Resposta ao Racismo. . Brasília, DF: SECADI/MEC, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/pneerq/documentos. Acesso em: 01 de set. 2026.

BRASIL. Resolução N° 5, de junho de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Ministério Da Educação Conselho Nacional De Educação Câmara De Educação Básica, 2012.

BRASIL. Resolução N° 8, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Ministério Da Educação Conselho Nacional De Educação Câmara De Educação Básica, 2012.

BRASIL. Lei N° 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2003.

BRASIL. Lei N° 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro Brasileira e Indígena”. Brasília, DF: Diário Oficial de União, 2008.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013. 288 p.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. Etnias bantos na formação do povo brasileiro e do Hemisfério Sul [1984]. In: NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual:** Possibilidades nos dias da destruição. Organização de Alex Ratts. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018. p. 267-274.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira; SILVA, Caroline Lyrio. Teoria Crítica da Raça como referencial teórico necessário para pensar a relação entre direito e racismo no Brasil. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS**, Porto Alegre, n. 33, p. 55-72, dez. 2015. Disponível em: ufrgs.br. Acesso em: 13 out. 2026.